

CNPJ  
**63.325.260/0001-57**

Razão Social  
**MUNICIPIO DE SIMPLICIO MENDES - CAMARA MUNICIPAL**

Período de Apuração  
**Junho/2025**

Data de Vencimento  
**18/07/2025**

Número do Documento  
**07.16.25191.2729361-6**

Pagar este documento até

**18/07/2025**

Observações  
**Nº Recibo Declaração: 50000362125194**

Valor Total do Documento

**25.292,01**

### Composição do Documento de Arrecadação

Código	Denominação	Principal	Multa	Juros	Total
1082	CONTR PREV DESCONTA SEGURADO-EMPREGADO/AVULSO	10.375,86			10.375,86
	01 CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSO				
	PA:06/2025 Vencimento:18/07/2025				
1138	CONTRIB PREVIDENCIÁRIA EMPRESA/EMPREGADOR	13.768,76			13.768,76
	01 CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS				
	PA:06/2025 Vencimento:18/07/2025				
1646	CONTRIB PREV RISCO AMBIENTAL/APOSENT ESPECIAL	1.147,39			1.147,39
	01 CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO				
	PA:06/2025 Vencimento:18/07/2025				
Totais		25.292,01			25.292,01

### Documento de Arrecadação de Receitas Federais

85840000252 6 92010385251 6 99071625191 7 27293616302 0



CNPJ: 63.325.260/0001-57  
Número: 07.16.25191.2729361-6  
Pagar até: 18/07/2025  
Valor: 25.292,01

Pague com o PIX



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTFWeb

CNPJ/CPF	63.325.260/0001-57
Nome	MUNICIPIO DE SIMPLICIO MENDES - CAMARA MUNICIPAL
Período de apuração	06/2025
Declaração Retificadora	Não
Identificação da apuração de débitos	33365311980 / eSocial

Totalização dos tributos apurados no período

Tributos	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
Contribuição Previdenciária Segurados	R\$ 10.570,86	R\$ 10.375,86
Contribuição Previdenciária Patronal	R\$ 14.916,15	R\$ 14.916,15
Contribuição para Outras Entidades e Fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuições Diversas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSIRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CPSS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSLL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IOF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IPI	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRPJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RET/Pagamento Unificado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 25.487,01	R\$ 25.292,01

O presente Recibo de Entrega da DCTFWeb contém a transcrição da Ficha Resumo da referida declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irretratável, dos tributos declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTFWeb e não pagos serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984, estando o declarante sujeito ainda a:

- 1) Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o art. 35 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 2) inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), impedindo operações de crédito com recursos públicos, a concessão de incentivos fiscais e financeiros e a celebração de convênios e similares que envolvam desembolso de recursos públicos e respectivos aditamentos (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002);
- 3) encaminhamento ao Ministério Público Federal de Representação Fiscal para Fins Penais nos casos que, em tese, tenha ocorrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Código Penal).

No caso de falta de apresentação ou de apresentação de declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às multas previstas no artigo 32-A da Lei nº 8.212, de 1991, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não surtirão efeitos as retificações de informações prestadas na DCTFWeb que pretendam excluir ou reduzir débitos:

- enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna;
- incluídos em parcelamento deferido;
- que tenham sido objeto de declaração de compensação não passível de retificação ou cancelamento.

Também não surtirão efeitos as retificações de débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido objeto de procedimento fiscal e/ou nos casos em que a apresentação da declaração ocorra após o prazo decadencial.

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome	PAULO ROGERIO MOURA LUZ
CPF	273.758.113-34
Telefone	-

DCTFWeb recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em	10/07/2025 22:38:54
Nº do recibo de entrega	0000050000362125194
DCTFWeb transmitida com assinatura de certificado digital por	11.291.619/0001-19